

EDITORIAIS JORNALÍSTICOS: discursos de representação do interesse coletivo

MARIA DA GRAÇA KRIEGER*

RESUMO: este trabalho, a partir da análise da organização narrativa e discursiva de editoriais jornalísticos brasileiros, identifica os meios pelos quais os editoriais constroem-se como discursos de representação do interesse coletivo.

DESCRITORES: Semiótica : Ciência dos signos e das linguagens
Mecanismos persuasivos : Procedimentos para convencer
Editoriais : Análise : Semiótica
Semiotics : Science of the languages and signs
Persuasive mechanisms : Procedures for persuading
Editorials : Analysis : Semiotics

ABSTRACT: this work, from the analysis of a narrative and discursive organization of the Brazilian journalistic editorials, identifies the ways by which the same are built as representative discourse of the collective interest.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta alguns resultados de uma pesquisa sobre a organização narrativa e mecanismos de natureza retórica, realizada num conjunto de 137 editoriais jornalísticos brasileiros, extraídos dos jornais: Folha de São Paulo (FSP), o Estado de São Paulo (ESP), o Globo, Jornal do Brasil (JB) e Zero Hora (ZH).

A análise, de caráter semiótico e retórico, identifica diferentes funções comunicativas dos editoriais, caracterizando-os com discursos de representação do interesse coletivo, embora se destinem a veicular as opiniões do órgão editor.

* Professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas do Instituto de Letras/UFRGS. Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo.

2 DISCURSO DE OPINIÃO

O editorial, além de sua característica consagrada de consistir no artigo que expressa a opinião do órgão editor, distingue-se fundamentalmente dos textos de notícia, responsáveis pela novidade do conteúdo veiculado, pela sua natureza interpretativa.

A interpretação, um procedimento cognitivo de julgamento, pode ser compreendida como a busca de uma verdade que subjaz à aparência dos fatos interpretados. O fazer interpretativo equivale, assim, ao desvelamento de uma verdade que não transparece de imediato, mas resulta de uma investigação a respeito do que está aquém e além da aparência.

No contexto editorial, a interpretação ocupa-se, pois, de explicitar o sentido subjacente ao que é apenas noticiado. Expressivamente, os jornais de grande porte têm como objetivo maior de pauta editorialista acontecimentos relativos ao cenário político, administrativo e econômico do país.

Em razão desse seu objeto maior de análise, os editoriais, discursos modalizados narrativamente pela interpretação, cumprem a função comunicativa de fazer saber e de fazer compreender ao público-leitor os jogos de conduta dos governantes, as implicações, para a vida do país, das atitudes e decisões governamentais.

Ao interpretarem tais atitudes e decisões, os editoriais manifestam seus pontos de vista, sua verdade sobre a condução da vida pública. A interpretação, com efeito, instaura o editorial como discurso de opinião, manifestação do ponto de vista de seu anunciador sobre o que toma por objeto de análise.

3 O CONTROLE DA AÇÃO POLITICA

Nos editoriais, as opiniões do produtor do discurso sobre os jogos de conduta dos governantes têm, como parâmetro de julgamento, relações contratuais, leis do universo político-social. Os editoriais julgam, assim, o cumprimento do dever, os compromissos dos dirigentes com os governados, ajuizando conseqüentemente com base na finalidade da ação política: a obrigação contratual de promover o bem da coletividade governada.

Essas leis do universo político-social, determinando fundamentalmente os ajuizamentos emitidos nos editoriais, respondem, em primeiro plano, pelas marcas de um discurso que controla a ação governamental e prioriza o interesse coletivo.

Algumas passagens exemplificadoras, logo apresentadas, procuram mostrar não só que os editoriais incumbem-se de explicitar o **verdadeiro** sentido subjacente à esfera das ações governamentais, mas que, ao controlarem tais ações, as julgam sob a ótica de princípios contratuais: o dever de proporcionar o bem da Nação.

‘‘Em meio à ebulição de absurdos que se verifica na Comissão de Sistematização do Congresso Constituinte, chega a surpreender que uma iniciativa de real conteúdo progressista possa ser aprovada.

O fim da discriminação do trabalhador rural que passa a ter direitos equiparados aos do trabalhador urbano, destaca-se assim como uma louvável exceção à demagogia e à irresponsabilidade." FSP (5, p. 2)

"Até quando, Brasília, abusarás de nossa paciência? Cícero, talvez, não concordasse plenamente com a utilização de seu repto mais veementemente a Catilina, e imortalizado em todos os compêndios de latim, mas ele é de fato imprescindível para configurar o estupor da Nação diante do imobilismo aplastante da Praça dos Três Poderes, que sobressalta esta País de dúvidas e de temores, de descrença e de desesperança.

.....
Até quando, Brasília, abusarás da paciência brasileira que só espera um rumo para continuar crescendo, sonhando, fazendo, construindo esta Nação que é de todos nós, e não de uma cúpula que dela se adonou? Afinal, até quando, Brasília?" ZH (20, p. 2)

Os editoriais, julgando o cumprimento do dever, invocando a finalidade da ação política, configuram-se como discursos em que seu produtor atua como um delegado da coletividade, guardião dos contratos, no controle da regência da vida pública. Os ajuizamentos emitidos definem um discurso que tomou o partido dos governados.

4 A DETERMINAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES GOVERNAMENTAIS

O enunciador editorialista, entretanto, não se restringe aos ajuizamentos valorativos das ações governamentais, uma vez que expressa pontos de vista relativos ao **que** devem fazer e ao **como** devem agir os governantes para cumprirem as obrigações contratuais. Manifestam-se, desse modo, nos editoriais, opiniões a respeito de **efetivos** compromissos governamentais e de **reais** necessidades do País, como abaixo exemplifica-se:

"Por certo, a permanente crise de credibilidade que se abate sobre os órgãos públicos brasileiros justifica atitudes de desconfiança ou de contrariedade popular: cabe ao Estado dissipá-las, demonstrando seriedade e eficácia no trato da questão." FSP (6, p. 2) (Grifos nossos)

"**Esse dever de escapar à politicagem e à pressão fisiológica** para elaborar e levar a termo um programa voltado a tão nobres objetivos — esse dever é de sempre — acompanha o Sr. Sarney desde o dia em que prestou juramento perante o poder legislativo: data de 15 de março de 1985." ESP (3, p. 3) (Grifos nossos)

"No mesmo passo, em lugar da contestação histórica e ideológica

dos mecanismos financeiros internacionais, o Brasil **deve abrir negociações** para um acordo com o Fundo Monetário Internacional e com os bancos credores. Os investidores estrangeiros querem converter a dívida em capital, e só a falta de preparo, aliada à teimosia ideológica, em Brasília, justifica as resistências a isto.” JB (14, p. 10) (Grifos nossos)

“Se quisermos manter as perspectivas de parceria econômica, **é preciso** ter maior respeito pelo capital, que o revelado pela proteção da questão da dívida externa”. O Globo (10, p. 8) (Grifos nossos)

No julgamento e no controle das atitudes e decisões dos governantes, os editoriais buscam estabelecer obrigações contratuais, o papel e o encargo dos dirigentes. Estipulam, nessa medida, o que, segundo sua opinião, corresponde às necessidades do país, assim como propõem prioridades administrativas e o modo de executá-las.

Nesse contexto de definição, de obrigação e de exigência do cumprimento do dever, os editoriais evidenciam seu caráter interpelativo, sua tentativa de fazer ingerências na esfera administrativa do país. Em última análise, os governantes poderão proporcionar o bem da Nação, adotando os pontos de vista emitidos pelos editorialistas.

Desse modo, os editoriais intentam exercer influências não apenas sobre a opinião do público-leitor, representando a coletividade, mas também sobre a de um destinatário específico: os responsáveis pela condução dos destinos do país.

5 A RETÓRICA EDITORIALISTA

Intentando influir a opinião de seus dois destinatários, buscando fazer valer e repassar as opiniões emitidas, os editoriais valem-se de procedimentos discursivos, de natureza retórica, configurando-se como um discurso porta-voz do que a coletividade julga e deseja de seus governantes para atender às necessidades da sociedade.

Os editoriais constroem-se discursivamente como um espaço apenas de mediação dos interesses coletivos, especialmente através de um mecanismo que atenua a presença do enunciador no enunciado. Vale dizer, os editoriais instauram a coletividade como um ente do discurso, provocando, com isso, o efeito de que apenas medeiam as posições de toda a comunidade, como se vê a seguir:

“Há todo um lado da vida brasileira que aspira pela possibilidade de crescer, de gerar riqueza e energia. Esse Brasil moderno — que é o Brasil do trabalho, que não está contente em vegetar à sombra do oficialismo — gostaria que a Constituição definisse onde termina o poder do Estado e onde começa a livre iniciativa”. JB (15, p. 10)

“O país espera que a democracia venha a ser consolidada por uma

Constituição, capaz de regular e impulsionar, sem travas casuísticas, um dinâmica social de vocação moderna.” FSP (7, p. 2)

“O que o povo não quer mais são palavras. Promessas, acenos, enfim, qualquer tipo de previsão que provoque esperanças vãs.” ESP (3, p. 3)

“A Nação, com olhos fixos na mesa de negociações, confia que o pacto virá e será bem sucedido”. O Globo (9, p. 8)

Instaurando a coletividade como um ente cognitivo e discursivo, os editoriais produzem o efeito de que ela mesma se digire a seus governantes, manifesta seus desejos e expressa seus ajuízamentos sobre a condução da vida pública.

Com o procedimento da ilusão enunciativa, o editorial reafirma-se como espaço de representação do interesse coletivo, projetando uma imagem de que apenas medeia o interesse nacional. Com isso, acobertam-se, em muito, as convicções editorialistas, fazendo parecer que os governados, e não o produtor do discurso, cobram o cumprimento do dever, julgam a ação governamental e procuram estabelecer os encargos e procedimentos governamentais. A rigor, são efeitos de neutralidade que os editoriais produzem ao repassarem a voz do narrador para a do conjunto da sociedade.

O discurso, que controla a ação política e propõe as regras do jogo e, nome da coletividade, reforça seus efeitos de neutralidade, na medida em que o narrador justifica suas opiniões, invocando os princípios maiores do cumprimento do dever e da finalidade da ação política.

Portanto, além do procedimento de repasse de vozes, as opiniões editorialistas abrigam-se sob valores da vida político-social, em que, sobremaneira, o dever, o bem e a moral respondem pelas preposições formuladas. Ainda algumas passagens permitem identificar o uso desses valores, que constitui um jogo de lugares-comuns para validar os pontos de vista editorialistas.

“O governador do Estado, é cada vez mais perceptível, está sofrendo grandes pressões de setores de seu próprio partido, incluindo-se lideranças municipais para protelar a decisão sobre a privatização ou a extinção de empresas estatais.

.....
Essa cadência de caranguejo só penaliza a própria sociedade uma vez que o Estado, inchado administrativamente, com déficits monumentais e — no Rio Grande do Sul, destinando mais do que arrecada apenas para pagar seu funcionalismo — afasta-se de suas funções e se omite ou transfere à iniciativa privada aquilo que é de sua competência.” ZH (19, p. 2)

“O governo brasileiro indaga e ouve, consulta seus próprios botões e conclui não haver clima propício no Brasil atual para venda maciça de ações das grandes empresas estatais, de rentabilidade já comprovada. Mas parece esquecer-se de que seu papel é justamente

despertar expectativas, ou até inverter as já existentes; é para isso que ele é Governo; é o que lhe incumbe, dada a ampliação e a qualidade das informações a seus dispor e dada a massa de manobra com que sempre pode contar". O Globo (9, p. 8)

“Defrontada com o desafio do protecionismo dos países industrializados, ideologicamente justificado como reação ao nacionalismo xenófobo dos países de renda média e subdesenvolvidos, a economia brasileira deve escolher entre modernizar o País, crescendo como um todo, ou salvar-se setorialmente, indo buscar lá fora os mercados e as salvaguardas indispensáveis ao progresso tecnológico de alguns setores. Essa escolha, deve ver-se bem, não é apenas econômica; é fundamentalmente política e passa pelo Congresso e pelo Executivo. Para esse fato devem atentar quantos ainda acreditam na possibilidade de o Brasil crescer como país e afirmar-se como Nação”. ESP (4, p. 3)

Como jogo retórico de lugares-comuns, fundado, sobretudo, na invocação do bem e do dever, os discursos editoriais constroem um véu sob o qual perpassem suas opiniões particulares. Esse esquema retórico, utilizado para validar convicções, constitui-se num outro significativo procedimento manipulatório que configura os editoriais como discursos do interesse coletivo.

6 CONCLUSÕES

Os discursos, editoriais, interpretando as ações governamentais, inscrevem a sua verdade nas apreciações emitidas sobre a condução da vida pública do país.

Na manifestação de seus pontos de vista, constroem-se como discursos portavozes do interesse coletivo. O produtor do discurso, como um guardião dos contratos, numa delegação auto-outorgada de representante dos governados, transmite, em última análise, todo um universo de saber, na medida em que sabe o que a Nação deseja e necessita, sabe **o que** e **como** devem agir os governantes para cumprirem as responsabilidades contratuais e proporcionarem o bem da coletividade governada.

Todo esse universo de saber aparece, num primeiro plano, como restrito a uma função de explicar ao público leitor o sentido e as implicações, para a vida nacional, dos jogos de conduta dos governantes.

Os editoriais, embora não deixem de fazer denúncias importantes, de tomar o partido dos governados, acionam um esquema retórico que os configura como espaço de representação do interesse coletivo e dá guarida às opiniões emitidas. Transferindo a voz do narrador para a da coletividade, invocando, sobretudo, valores como o dever e o bem, os editoriais revelam-se como pronunciamentos não particulares, mas do outro e em favor do outro. Em verdade, os procedimentos retóricos provocam efeitos de neutralidade.

7 BIBLIOGRAFIA CITADA

- 1 ARISTOTE. **Réthorique**. Paris : Belles Lettres, 1967-1980. 3v.
- 2 _____. **Topiques**. Paris : Belles Lettres, 1967. 2v.
- 3 O ESTADO DE SÃO PAULO, São Paulo, 04 out. 1987. p. 3.
- 4 O ESTADO DE SÃO PAULO, São Paulo, 13 out. 1988. p. 3.
- 5 FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 11 out. 1987. p. 2.
- 6 FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 15 out. 1987. p. 2.
- 7 FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 18 out. 1987. p. 2.
- 9 O GLOBO, Rio de Janeiro, 15 out. 1987. p. 8.
- 10 O GLOBO, Rio de Janeiro, 17 out. 1987. p. 8.
- 11 GREIMAS, A. J. O contrato de veridicção. **Acta Semiótica et Lingvistica**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 211-221, 1978.
- 12 _____. **Semiótica e ciências sociais**. São Paulo : Cultrix, 1981. 284 p.
- 13 _____. **Du sens II**. Paris : Seuil, 1983. 246p.
- 14 JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 01 out. 1987. p. 10.
- 15 JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 25 out. 1987. p. 10.
- 16 LANDOWSKI, E. A opinião pública e os seus porta-vozes. **Renascença**, Lisboa, v. 5, n. 2, p. 59-60, 1981.
- 17 _____. _____. **Renascença**, Lisboa, v. 6, n. 2, p. 187-200, 1981.
- 18 PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Traité de l'argumentation : la nouvelle rhétorique**. 3. ed. Bruxelles: Presses Universitaires de Bruxelles, 1976. 729p.
- 19 ZERO HORA, Porto Alegre, 01 out. 1987. p. 2.
- 20 ZERO HORA, Porto Alegre, 18 out. 1987. p. 2.